

A PRIMEIRA VERSÃO DO TRATADO DA TERRA DO BRASIL, DE PERO DE MAGALHÃES GANDAVO.

Pero de Magalhães Gandavo, bracarense de origem flamenca, foi, como todos sabem, o autor da primeira *História do Brasil* até agora conhecida. À sua *História da Província Santa Cruz*, publicada em Lisboa, 1576, precedeu um *Tratado da Terra do Brasil*, redigido, segundo Rodolfo Garcia, “em 1570, ou antes” (1), mas divulgado somente em 1826, na *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, da Academia Real das Ciências de Lisboa. “O *Tratado* foi escrito em primeiro lugar” — aventou Capistrano de Abreu — “antes de 1573, pois não se refere à divisão do Brasil em dois govêrnos, de que já fala na *História*. Assim, sua entrada em nossa terra deve ter coincidido com o govêrno de Men de Sá (1558-1572)” (2).

Teria Gandavo vindo ao Brasil?

Quem pela primeira vez sugeriu a vinda de Gandavo ao Brasil, para que pudesse escrever os referidos trabalhos, foi Diogo Barbosa Machado (3), o eminente bibliógrafo português que possuiu e descreveu o raríssimo exemplar da *História da Província Santa Cruz* hoje pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (4). Secundou-o, na afirmativa, Inocêncio Francisco da Silva, em seu *Dicionário Bibliográfico Português* (5). Da mesma opinião foi, desde 1903, o historiador Oliveira Lima, como veremos adiante, Aceitou-a John B. Stetson Jr., na reedição fac-similar e tra-

-
- (1). — R. G. (Rodolfo Garcia) — “Nota Bibliográfica” à edição do *Tratado da Terra do Brasil* e da *História da Província Santa Cruz*, na série “Clássicos Brasileiros” da Academia Brasileira de Letras e do *Anuário do Brasil* (Rio de Janeiro, 1924), p. 13.
 - (2). — C. de Abreu — “Introdução” à edição acima mencionada, p. 18.
 - (3). — “Assistiu alguns anos no Brasil, onde observou com judiciosa curiosidade tudo quanto era digno de memória, sendo o primeiro que depois de setenta anos de descoberta tão vasta Província escreveu: *História da Província Santa Cruz*”, etc. — Diogo Barbosa Machado — *Biblioteca Lusitana*, 2.a ed., tomo III (Lisboa, 1933), p. 579/580.
 - (4). — N.º 6 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil* realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1881, tomo I (Rio de Janeiro, 1881), p. 4.
 - (5). — “Consta que assistira no Brasil durante alguns anos”. — Inocêncio Francisco da Silva — *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo VI. (Lisboa, 1862), p. 429.

dução para o inglês da *História*, de 1922 (6). Também positivo, a respeito, foi Capistrano de Abreu, na "Introdução", à publicação de 1924 do *Tratado da Terra do Brasil* e da *História da Província Santa Cruz* (7).

Apesar da autoridade de tôdas as referências no sentido da vinda de Gandavo ao Brasil, negou-a o Sr. Pedro Calmon, primeiramente em uma palestra, depois na seguinte nota de sua *História do Brasil*: "É opinião nossa que nunca veio ao Brasil, limitando-se a redigir de oitiva, e como propaganda da terra nova, o seu livro impessoal. Realmente, de uma pesquisa que fizemos na Torre do Tombo, o apurado foi bem pouco, mas expressivo: Moço da Câmara, servia a trasladar livros e papéis na Torre do Tombo, e foi nomeado Provedor da Fazenda Real da cidade do Salvador em 29 de abril de 1576, por um prazo de seis anos. (Liv. 37 da *Chancelaria de D. Sebastião*, f. 278 ms.). Não há vestígio, nos documentos do Brasil, de sua vinda. Em todo caso, a nomeação foi posterior ao livro. Talvez o fizesse, reunindo múltiplos informes levado pela curiosidade de saber o que àquê tempo era a colônia longínqua, desprezada pelos cronistas da Casa da Índia... Barbosa Machado, crendo ser o livro relatório de *visu*, gratuitamente lhe atribuiu longa permanência na colônia, *Bibl. Lus.*, 2a. ed. III, 580" (8). Entre a palestra citada e a publicação desta nota do Sr. Pedro Calmon, também o bibliógrafo Sr. Antônio Simões dos Reis duvidou da vinda de Gandavo ao Brasil, em artigo de imprensa (9). Acompanhou-o, na dúvida, o Sr. Artur Hehl Neiva, em interessante estudo (10).

Capistrano e Garcia escreveram a "Nota Bibliográfica" e a "Introdução" citadas à vista da cópia do códice 597 da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, obtida por intermédio do historiador português João Lúcio de Azevedo, grande amigo e correspondente do primeiro (11). Não era êsse senão um apógrafo, não "o ma-

- (6). — ... "going over to that continent something like seventy years after its discovery, he remained there a long enough time to acquire detailed data about the natives of those portions of the land nearest to our settlements, about their customs, and about some of the products with which liberal Nature has enriched that country". — John B. Stetson, Jr. — *The Histories of Brazil* by Pero de Magalhães, now translated into English for the first time and annotated by... in *Documents and Narratives concerning the Discovery and Conquest of Latin America*, n.º 5, ed. da The Cortés Society (Nova York, 1922), vol. II, p. 125, na Introdução à tradução do *Tratado*, feita de acôrdo com o texto publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa.
- (7). — Gandavo "residiu algum tempo no Brasil" — *op. cit.*, p. 17.
- (8). — Pedro Calmon — *História do Brasil*, 1.º tomo — *As Origens - 1500/1600* (São Paulo, 1939), p. 310, nota 1.
- (9). — Antônio Simões dos Reis — "Pero de Magalhães Gandavo", artigo no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 29 de março de 1936.
- (10). — Artur Hehl Neiva — "A obra de Pero de Magalhães Gandavo, a mais antiga propaganda em favor da imigração para o Brasil", cap. XIV de *Evolução da Política Imigratória no Brasil*, na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, n.º 15, de maio de 1942, pp. 81-82.
- (11). — A 22 de janeiro de 1922 pediu Capistrano a J. Lúcio de Azevedo, em nome de Afrânio Peixoto, aquela cópia, para publicação. Recebeu-a, entregou-a e avisou o respectivo pagamento, já no ano seguinte. Na véspera do Natal de 1924 comunicou ao amigo português a saída da reedição conjunta do *Tratado* e da *História*, com um artigo seu, "antigo", e que, na opinião do próprio autor, "não era grande cousa". (Cartas guardadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de próxima publicação).

nuscrito original” do *Tratado da Terra do Brasil*, como supôs A. P. (Afrânio Peixoto) na “Advertência” à referida edição do *Anuário do Brasil*, p. 9. Trata-se, apenas, de cópia do século XIX, como esclareceu o erudito escritor português Sr. A. de Magalhães Basto, em seu precioso *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos* daquela Biblioteca (12). E Rodolfo Garcia, para a mencionada publicação, fez a colação dessa cópia de cópia com o texto da Academia Real de Ciências, por sua vez cópia de um manuscrito da Biblioteca de Évora, segundo Stetson (13). “Do confronto desse manuscrito com o impresso nas *Notícias Ultramarinas*”, — escreveu Garcia — “em mais de um passo um corrigiu enganos, ou supriu lacunas do outro, como se fêz observar nos lugares próprios” (14).

Apesar da preferência dada, em 1922, para a publicação do *Tratado*, entre nós, ao apógrafo da Biblioteca do Pôrto, Capistrano de Abreu, desde 1887, pelo menos, teve conhecimento de um outro, do Museu Britânico. Revelou-o, naquele ano, em estudo publicado na revista *A Semana*, do Rio de Janeiro, sob o título — “Notas para a nossa História”. Reproduziu-o, em 1901, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, de Belo Horizonte, vol. VI, desse ano, intitulando-o — “Os Primeiros Descobridores de Minas” (15). Diz, aí, o seguinte, o mestre inigualável da nossa História, referindo-se ao *Tratado da Terra do Brasil*: “E’ dedicado ao Cardeal D. Henrique, e no prólogo assegura-nos o autor que, nos dias passados, oferecera outro a D. Sebastião. — Não se conhece êste; mas em compensação possuímos um de que antes não havia notícia. E’ dedicado à Rainha D. Catarina, existe manuscrito e anônimo em Londres, no *British Museum*, e daí, graças ao zelo e dedicação incansável do Sr. Conselheiro Silva Paranhos (o benemérito Barão do Rio Branco), veio uma cópia para esta Côrte. — A comparação entre o trabalho dedicado a D. Henrique e o dedicado a D. Catarina mostra que as duas obras são exatamente a mesma. A cópia de Londres, é, porém, mais fiel e apresenta algumas variantes apreciáveis. Para qualquer reimpressão deve ser preferida à que serviu para a edição de Lisboa de 1826 (16). Provavelmente o livro dedicado a D. Sebastião não passava

(12). — A de Magalhães Basto — *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto*, publicação da 5a. Secção do I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo (Lisboa, 1938), p. 114.

(13). — “As in the case of the *História*, the original manuscript of the *Tratado* is not known, although I am informed that the manuscript in the possession of the Academia Real das Ciências is a transcription of the manuscript in the Library at Évora, which, in the opinion of the transcriber, was the original”. — Stetson — *op. cit.*, vol. I, p. 29. — Convém notar que êsse original de Évora não consta do *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eboresense*, de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, 4 vols. (Lisboa, 1850-1871).

(14). — R. G. — *Op. cit.*, p. 15.

(15). — Transcrito em *Caminhos Antigos e Povoamento da Brasil*, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu (Rio de Janeiro, 1930).

(16). — Nosso é o grifo, para salientar que, em 1922, não se lembrou Capistrano de Abreu dessa cópia de Londres, para a reedição do *Tratado*.

de outra cópia com ligeiras variantes e a sua perda não é desfalque para nossa literatura histórica” (17).

Do conhecimento dessa cópia do apógrafo de Londres, enviada pelo Barão do Rio Branco (18), deve ter resultado, para Capistrano de Abreu, a certeza da vinda, ao Brasil, de Gandavo. Certeza que também tinha Oliveira Lima, como se deduz de uma observação sua, ao descrever, em 1903, o apógrafo do *Tratado* existente no Museu Britânico, n.º 2.026 da Biblioteca Sloaniana: “Inocência da Silva diz que consta ter Gandavo estado no Brasil (tomo VI, pág. 430): êle porém escreve positivamente que residiu na Colônia (*destas partes onde por alguns anos me achei*). A cópia manuscrita do Museu é por letra do século XVII ou XVIII” (19).

Mais um apógrafo do “Tratado”.

Vê-se, pelo exposto, não terem conhecido, todos êsses eminentes sabedores, de nossa História, a existência de outro apógrafo do *Tratado*, que se guarda na Biblioteca da Ajuda, de Lisboa, n.º 2.307 do *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*, de Carlos Alberto Ferreira (20). Quando visitamos pela primeira vez essa Biblioteca, em julho de 1951, facilmente identificamos o valioso documento, cuja cópia imediatamente providenciamos. Feito pelo Sr. Celestino Barreiros, com a intervenção de nosso amigo o historiador Sr. Ernesto Ennes, aqui a temos presente, para novo confrônto e acréscimo de mais alguns dados à bio-bibliografia de Gandavo e à nossa escassa historiografia quinhentista.

Preliminarmente, convém acentuar a diferença entre os títulos e dedicatórias dos apógrafos de Lisboa e do Pôrto. Diz o primeiro:

“*Tratado da Província do Brasil no qual se contém a informação das coisas que há na terra, assim das capitánias, e fazendas dos moradores que vivem pela costa, e doutras particularidades que aqui se contam, como também da condição, e bestiais costumes dos índios da terra, e doutras estranhezas dos bichos que há nestas partes, oferecido à muito Alta, e sereníssima Sra. Da. Catarina Rainha de Portugal Sra. Nossa*”.

(17). — *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, cit., p. 159/160.

(18). — Apesar de todos os nossos esforços, ainda não nos foi possível localizar, nos arquivos do Rio de Janeiro, essa cópia do apógrafo do Museu Britânico, do *Tratado da Terra do Brasil*. Será, porém, igual à da Biblioteca da Ajuda.

(19). — Oliveira Lima — *Relação dos Manuscritos Portuguezes e Estrangeiros, de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico, de Londres*, ed. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro, 1903), p. 39.

(20). — Carlos Alberto Ferreira — *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*, publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (Coimbra, 1946), p. 681. — Indicação do Catálogo: 51-V-31, fls. 83 a 102.

“Visto e aprovado pelos deputados da Sta. Inquisição”.

“À Rainha Nossa Senhora — o Autor” (21).

Diz o título e início do apógrafo português, fielmente transcrito por Rodolfo Garcia e pelo Sr. A. de Magalhães Basto, conforme vimos em visita à Biblioteca Pública Municipal da Cidade do Pôrto, em julho de 1952:

“Tratado da Terra do Brasil no qual se contém a Informação das coisas que há nestas partes feito por Pero de Magalhães”.

“Ao muito alto e Sereníssimo Príncipe dom Henrique, Cardeal, Infante de Portugal”.

“Posto que os dias passados apresentei outro sumário da terra do Brasil a el-Rei nosso Senhor, foi por cumprir primeiro com esta obrigação de Vassalo que todos devemos a nosso Rei”; etc. (22).

Do confrônto dos dois apógrafos conclui-se inicialmente o seguinte: 1.º — O da Biblioteca da Ajuda é anterior ao da Biblioteca do Pôrto, pois D. Catarina, viúva de D. João III, deixou a Regência do Reino, na menoridade de seu neto D. Sebastião, em dezembro de 1562, passando-a ao cunhado, o Cardeal-Infante D. Henrique (23), que a teve até 1568. A mudança da dedicatória deve ser explicada pela maior influência do novo Regente. Falhando, também esta, para a desejada publicação do trabalho, Gandavo dedicou a outrem a *História*, mais ampla que o *Tratado*, afinal impressa em 1576.

2.º — O apógrafo da Ajuda certamente se destinaria à publicação, como se deduz da declaração nele contida e omitida no do Pôrto: “Visto e aprovado pelos deputados da Sta. Inquisição”.

3.º — A referência existente no segundo, mas que falta ao primeiro, de ter Gandavo apresentado “outro sumário da terra do Brasil a el-Rei nosso Senhor”, deve referir-se a D. Sebastião, em cujo nome governaram a avó e o tio-avô. De qualquer forma, é prova da existência de trabalho anterior, que pode ser o mesmo da Biblioteca da Ajuda, se o autor, no novo, apenas não quis mencionar a dedicatória à Rainha, para não melindrar o Cardeal. Trata-se, portanto, de um “Sumário da Terra do Brasil”, não de uma *carta*, como supôs Stetson (24).

Esses argumentos tornam aceitável a mencionada suposição de Capistrano de Abreu, de que a entrada de Gandavo em nossa terra teria coincidido com o govêrno de Men de Sá.

Primeiramente, nota-se, nos dois apógrafos, a omissão de quaisquer referenciais a um fato importante, o da presença de franceses

(21). — Fl. 83. Foi uniformizada a ortografia; desdoblaram-se algumas abreviaturas, mas respeitou-se a pontuação. Note-se a diferença do início dos títulos: *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil*.

(22). — *Op. cit.*, p. 23.

(23). — Queiroz Velloso — *D. Sebastião, 1554-1578*, 3a. ed. (Lisboa, 1945), p. 59.

(24). — “In the introduction to the *Tratado da Terra do Brasil* it is recorded that the *Tratado* was the second account Magalhães had written of Brazil, the first having been a letter addressed to the sovereign, of which no traces has been found”. — Stetson — *op. cit.*, vol. I, p. 14.

no Rio de Janeiro, no capítulo referente a esta capitania. Nele apenas se diz que ela “agora se começa de povoar novamente”, atribuindo-lhe “cento e quarenta vizinhos”, a exploração do pau-brasil, mas nenhum engenho de açúcar. Tudo isto parece dar razão à hipótese de Rodolfo Garcia, de que Gandavo teria redigido o *Tratado* em 1570 ou pouco antes.

Há, entretanto, um acréscimo marginal, em espanhol, no apógrafo lisboeta, que se refere a acontecimento mais longínquo. E’ quando, a propósito da coragem dos indígenas prisioneiros e condenados à morte, ajuntou o autor ou alguém que possuiu o manuscrito: “D. Duarte da Costa me contô q’ sendo gor. en el Brazil le acontecio avendo el alcançado perdon pa. um capvo. no quererlle el aceitar”. Se a nota é de um contemporâneo do segundo governador-geral, como parece, maior é o valor do exemplar da Ajuda.

Quanto à questão da vinda de Gandavo ao Brasil, parecem-nos decisivas, a favor e contra as afirmações aqui mencionadas, as do próprio bracarense, na introdução do apógrafo da Biblioteca da Ajuda, muito diversa da publicada até agora:

“Não me pareceu coisa fora de propósito (e mto. Alta, e Sereníssima Sra.) mas antes devida e necessária oferecer M. G. êste *Sumário da Província do Brasil*, coisa que até agora não empreendeu pessoa alguma; assim por mostrar a obediência, e obrigação de humilde vassalo, como também por dar novas particulares *destas parte a V. A. onde por alguns anos me achei*, e coligi esta breve informação na verdade, e a maior parte das coisas que aqui escrevo, vi, e experimentei pelo que peço a V. A. me receba êste pobre presente como fruta da terra, e com tamanha mercê ficarei satisfeito, rogando a N. S. lhe dê prósperos, e larguíssimos anos de vida para o servir e nos fazer muitas mercês” (fls. 83 e 83v.).

Fazendo-se o cotejo dos dois apógrafos, encontram-se outras diferenças, que convém assinalar.

Falta, no de Lisboa, todo o 9.º capítulo da segunda parte — “Das coisas que são gerais por tôda a costa do Brasil”, intitulado — “Da terra que certos homens da Capitania de Pôrto Seguro foram a descobrir, e do que acharam nela”. Sabendo-se que se trata êste acréscimo do exemplar do Pôrto da entrada de Martim Carvalho, de 1567 ou 1568, mais um argumento aí encontramos, no sentido de dar como anterior o da Biblioteca da Ajuda. Terá, porém, Diogo de Vasconcelos interpretado com exagero o trecho de Gandavo, ao afirmar, em sua *História Antiga das Minas Gerais*, que o nosso autor tomou parte nessa exploração, para o escritor mineiro datada de 1570 (25).

Outras vêzes, porém, é no apógrafo de Lisboa que se encontram trechos omitidos no do Pôrto. Como são, portanto, inéditos,

(25). — Diogo de Vasconcelos — *História Antiga das Minas Gerais* (Ouro Preto, 1901), p. 12/13.

aqui os transcrevamos a seguir, desprezando, porém, pequenas diferenças sem importância, simplesmente de redação ou atribuíveis ao copista.

1.º — Ao fim do capítulo 4.º da primeira parte do *Tratado*, “Da Declaração da Costa”, referente à capitania dos Ilhéus, há o seguinte acréscimo:

“Acha-se também nesta capitania pelo mato dentro uma certa árvore que dela se tira bálsamo muito precioso de suavíssimo cheiro e grande virtude, e quando querem tirá-lo dão certos golpes no tronco da mesma árvore e por êles está distilando pouco a pouco êste licor precioso; mas acham-se destas árvores muito poucas e os que as vão buscar correm muito risco suas vidas por causa dos índios, que andam sempre pelo mato” (fl. 87).

2.º — No 7.º capítulo da segunda parte do *Tratado* — “Da Condição e Costumes dos Índios da Terra”, há, no manuscrito de Lisboa, dois subtítulos internos, que faltam ao do Pôrto: “Da Guerra dos Índios”, antes do trecho que começa pelas palavras — “Êstes índios são mui belicosos”... e “Da morte que dão aos cativos”, antes do parágrafo assim iniciado — “Quando êstes índios tomam alguns contrários”, etc.

3.º — No último trecho do capítulo 8.º da mesma segunda parte do *Tratado* — “Dos Bichos da Terra”, na edição de 1924, antes da referência aos lobos e porcos marinhos, falta a seguinte, relativa às preguiças:

“Um certo animal se acha nesta província que se chama preguiça é tamanho como raposa, o qual se move com passos tão vagarosos que ainda que ande oito dias aturado não vencerá um tiro de pedra, não come outra coisa senão fôlhas de árvores, e posto que o matem com pancadas, nem que o persigam outros animais não se mença uma hora mais que outra porque de sua natureza é assim descançado, e sempre anda desta maneira” (fls. 101 e 101v.).

Omitido, como dissemos, o capítulo sôbre a entrada de Martim Carvalho, encerra-se o apógrafo de Lisboa, como o do Pôrto, pelo trecho iniciado com as palavras — “Quisera escrever mais miudamente”, etc.

Ficam, assim, esclarecidos, mais alguns pontos relativos à bio-bibliografia daquele que é, no consenso geral, o nosso primeiro historiador, em ordem cronológica.

HÉLIO VIANNA

Professor da Faculdade Nacional de Filosofia
da Universidade do Brasil
(Rio de Janeiro)